



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2018.0000648222

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 4005526-05.2013.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante OMEGATRANS - LOGÍSTICA, TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., é apelada ANGELA MARIA DA SILVA FLAUSINO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ DUARTE (Presidente) e LUIZ EURICO.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

EROS PICELI
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 4005526-05.2013.8.26.0007
Comarca: São Paulo - Foro Regional de Itaquera - 5ª Vara Cível
Apelante: Omegatrans - Logística, Transporte e Locação de Equipamentos Ltda.
Apelado: Angela Maria da Silva Flausino
Interessado: Robson Francisco de Assis Júnior

Ação de reparação de danos – acidente de trânsito - atropelamento – relato dos fatos e depoimentos de testemunha a corroborar a versão da autora – culpa do motorista do caminhão de propriedade da ré - culpa concorrente da vítima não demonstrada - veículo causador do acidente conduzido por empregado da ré – responsabilidade da pessoa jurídica - súmula 341 do STF – dano estético não demonstrado - danos morais caracterizados – valor da indenização reduzido – adoção dos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade – inclusão do motorista do veículo da ré - apelação parcialmente provida

Voto nº 42.149

Vistos.

Ação de reparação de danos decorrente de acidente de trânsito julgada parcialmente procedente para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos no valor de R\$ 50.000,00, bem como nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, nos termos da sentença proferida pelo M. Juiz Daniel Fabretti.

A ré apela a pedir a reforma da sentença. Pede o reconhecimento da responsabilidade solidária do motorista do caminhão e defende que ficou demonstrada a culpa exclusiva ou no mínimo concorrente da vítima pelo acidente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Caso não seja esse o entendimento, requer a redução do valor da condenação, uma vez que não houve comprometimento da capacidade laborativa e os danos estéticos não ficaram evidentes a ponto de causar constrangimento na vida social da apelada.

Recurso preparado e respondido.

Trata-se de ação indenizatória decorrente do atropelamento de Angela Maria da Silva Flausino ocorrido em 2.2.2012, na rua do Oratório esquina com a avenida Antônio Cardoso, no município de Santo André, São Paulo, envolvendo o caminhão VW/19320 CLC, ano/modelo 2009, placa DVT 3381, de propriedade da ré Omegatrans e conduzido pelo réu Robson Francisco de Assis Júnior, seu empregado.

O acidente resultou em fratura exposta no pé direito da autora, que permaneceu internada por aproximadamente quinze dias e teve que se submeter a tratamento cirúrgico.

A versão apresentada pela autora, de que estava se dirigindo para o trabalho quando foi atingida pelo veículo da ré que invadiu a calçada, merece credibilidade e é corroborada pelo depoimento da testemunha que presenciou o acidente, ao confirmar que o caminhão “estava meio desgovernado, numa descida e subiu na calçada onde estavam a autora e seu filho”.

Ainda, o próprio réu, no boletim de ocorrência, fls. 26, reconheceu o atropelamento e declarou “que ao fazer a curva entre a rua do Oratório com a avenida Antônio Cardoso, visualizou um casal conversando próximo da curva em frente ao Carrefour”, o que desconstitui a alegação da requerida de que a autora deu causa ao acidente porque atravessava a rua fora da faixa de segurança.

Ao contrário do que pretende fazer crer a ré, não se pode falar em culpa exclusiva ou concorrente, uma vez que a causa determinante do atropelamento foi a conduta de seu preposto, não tendo trazido qualquer prova capaz de afastar sua responsabilidade pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

evento.

Impossível afastar-se a responsabilidade da ré de responder acidente, na medida em que o motorista do caminhão agia a mando dela. Segundo a súmula 341 do Supremo Tribunal Federal: “É presumida a culpa do patrão, amo ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto”.

A perícia médica, fls. 195, concluiu que há incapacidade parcial e permanente para atividade habitual e que a sequela compromete o patrimônio físico em 24% (40% de perda funcional do pé), segundo a tabela da Susep, com dano estético de magnitude leve.

Dessa conclusão pode-se extrair que há o dano moral, não o estético, que compreende as deformidades ou deformações, marcas e defeitos, ainda que mínimos, e implica em uma aparência feia à vítima a ponto de lhe causar constrangimento na presença de outras pessoas, o que não foi demonstrado nos autos.

Consideradas as circunstâncias posteriores ao acidente, assim, as duas cirurgias que a autora se submeteu, traumáticas por si, a internação por 15 dias, a necessidade de se afastar do trabalho e o período de recuperação, tudo a abalar a sua rotina diária, o dano moral está correto.

O valor arbitrado, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), todavia, é excessivo, mostrando-se suficiente o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que se encontra em harmonia com os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a atender o caráter pedagógico da medida, sem que se configure enriquecimento sem causa.

E, há também necessidade de inserir-se, no título executivo judicial, o motorista do caminhão. Não há motivo para excluí-lo, como colocou a sentença a fls. 266, sem motivo.

Do exposto, dá-se provimento parcial à apelação para que a condenação alcance solidariamente a ré Omegatrans e o réu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Robson Francisco de Assis, afastar o dano estético e reduzir o dano moral para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mantida a sentença quanto ao mais.

Eros Piceli
relator